

- Origem e objetivo dos estudos



Capítulo I Origem e objetivo dos estudos

Origem

Passamos a discorrer sobre os motivos, além dos anteriormente referidos, que justificam esta pesquisa e quais foram as premissas que nos guiaram quando fomos a campo e em que contexto isso se deu.

Ao participarmos da Coordenadoria Especial da Mulher¹, em 1990, foi criada a Comissão de Mulher e Espaço Urbano, que tinha por objetivo atuar no espaço político proporcionado pela Prefeitura de São Paulo, na gestão da prefeita Luiza Erundina, com a intenção de iniciar uma experiência de reflexão e intervenção no espaço urbano do ponto de vista das relações sociais de gênero, por um lado, interferir na elaboração do plano diretor e, por outro, responder à disposição manifestada pela Secretaria Municipal de Planejamento de mobilizar as/os técnicas/os de toda a máquina municipal para construir um plano que realmente representasse os interesses sociais e os acordos inter-setoriais. Seria, na verdade, o embrião de um pacto social de todas as forças políticas ou segmentos sociais organizados visando reorganizar a cidade, entendimento com o qual concordamos plenamente.

A Coordenadoria Especial da Mulher, porém, não foi convidada a participar desse processo. E, na convocação da sociedade civil organizada, as entidades de mulheres e feministas também não foram lembradas. Como não ficamos numa posição de passividade, tomamos a iniciativa de, por conta própria, procurar espaço para encaminhar nossas propostas, mas, nestas discussões, não fomos sequer entendidas, pois muito várias/os técnicas/os achavam cômico “pensar a cidade no feminino”, como diz Calió.

Ao mesmo tempo, havia necessidade de discussões no seio do próprio movimento feminista, que era a retaguarda da Coordenadoria. Mas este não teve fôlego para acompanhar todas as discussões, e as divergências e desentendimentos acabaram por tornar inviável a continuidade dessa experiência.

A única atividade concreta que pudemos registrar nesse período foi a elaboração do projeto arquitetônico para uma casa-abrigo, que acabou não podendo ser construída, por falta de área. Apesar de termos vistoriado alguns terrenos da Prefeitura, aquelas negociações não chegaram a bom termo, de modo que fosse possível concretizar a construção. Optou-se mais tarde por reformar uma casa e adaptá-la.

Outro exemplo da dificuldade em efetivar o pensamento e a discussão sobre nossas questões: durante o seminário “Ser Mulher em São Paulo” (1991), uma das mesas que foram constituídas enfocou o tema Transporte e Gênero, mas a discussão pouco se aprofundou, pois as representantes da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) empresa municipal, de quem se esperavam os melhores subsídios para a reflexão, limitaram-se a apresentar uma pesquisa demonstrando que a mulher motorista era mais cuidadosa no trânsito, poucas se envolvendo em batidas.

As dificuldades de entendimento estabeleceram um clima de tensão insuportável para a continuidade desse trabalho, e acabamos nos afastando dessas frentes de atividades. Como era funcionária de carreira, voltei para a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), da qual, na verdade, não tinha saído completamente, pois continuava tocando o mutirão de urbanização de uma favela nos fins de semana – obra que tinha sido uma conquista da União das Mulheres de São Paulo na gestão de Luiza Erundina,

¹ Coordenadoria Especial da Mulher – é um órgão da Prefeitura do Município de São Paulo ligada à Secretaria Governo Municipal – e responsável pela elaboração de políticas públicas voltadas às mulheres.

nessa época ainda no Partido dos Trabalhadores. Apresentamos o relato dessa experiência no Capítulo VIII deste trabalho, sob a denominação de “Gênero, urbanização de favelas e planos de ação urbano habitacionais”.

Esta pesquisa inicia-se no primeiro semestre de 1993, quando voltamos para a universidade e, ao mesmo tempo, fundamos o Grupo Técnico de Apoio (GTA), uma organização não-governamental, agora OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) especializada em projetos para recuperação de áreas degradadas, principalmente favelas, e para habitação popular. Esta proposta continha uma inovação: as intervenções serem sempre acompanhadas da participação da população, com uma equipe de desenvolvimento comunitário multidisciplinar incorporando as questões de gênero, principalmente a defesa da garantia de as mulheres obterem a moradia. Paralelamente a isso, a principal fonte de estímulos para nosso estudo foi o fato de continuarmos na União de Mulheres de São Paulo (UMSP).

Tendo como fonte principal a UMSP, passamos a nos aprofundar no estudo das políticas específicas às mulheres, verificando como elas desdobram-se no espaço: tal foi o caso da luta por creches, pela Delegacia de Defesa da Mulher, pela preservação do meio ambiente. Lutas que se deram com a ocupação de praças, além da utilização de outros locais, para apresentar propostas, realizar cursos e seminários sobre direitos, em que as participantes necessariamente faziam estágio, visitando os mais variados equipamentos sociais e instituições governamentais e não governamentais ligados a aplicação dos direitos. Atividades que acabam criando demanda e, em conseqüência, fazendo com que se exija a ampliação do acesso aos serviços urbanos e sociais.

Mas por que levantar a questão de gênero no interior do campo de pesquisa de arquitetura e urbanismo? Primeiramente, porque sou arquiteta-urbanista, apesar de que, num primeiro momento, tive a intenção de desenvolver esta pesquisa em antropologia urbana, para documentar e historiar as experiências das mulheres na construção da cidade. Mas a visão antropológica, com sua grande abrangência, desenvolve um olhar em que um número excessivo de questões vem à tona, enquanto eu preferia me ater a um leque menos elástico de temas.

São poucos registros que existem sobre o movimento de creches, e menos ainda os que se referem ao movimento feminista associando-o à luta por creches. Este movimento fica sempre na invisibilidade. Na produção acadêmica da USP, fala-se no movimento popular, mas não existem trabalhos que assinalem a real interferência das feministas nesse processo. E, na produção feminista autônoma, destaca-se somente o trabalho de Maria Amélia de Almeida Teles, militante feminista e protagonista dessa história, com o livro *Breve história do feminismo no Brasil*², que preenche a lacuna ao dar uma visão detalhada e de dentro do movimento.

Partamos de uma avaliação segundo a qual a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, quando da escolha dos trabalhos a que dava acolhida, baseava-se rigidamente em conceitos machistas, elitistas, ou seja, do pensamento único³, o que ainda é parcialmente verdade. Quando decidi que meu Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI) – ou Trabalho Final de Graduação (TFG), como é denominado atualmente – seria uma urbanização de favela, recebi muitas críticas de professores e colegas, pois a habitação popular e os chamados “temas emergentes”, que nada mais são que temas que questio-

² Teles, M.A.A. *Breve história do feminismo no Brasil*. Col. Tudo é História. São Paulo, Brasiliense, 1993, 1a ed.

³ Maricato. ETM - Nas universidades, a discussão sobre as relações sociais de gênero quase não existe, e o mesmo acontece com a “cidade ilegal”, as favelas que são presas da conceitualização reificada de arquitetura ou da representação ideológica da cidade. Os legislativos mantêm com esse universo uma relação muito funcional, já que as anistias periódicas visando à regularização de imóveis são alimento fecundo das relações clientelísticas. A ilegalidade, portanto, é funcional – para as relações arcaicas, para um mercado imobiliário restrito e especulativo, para a aplicação arbitrária da lei, de acordo com a relação de favor. Dependendo do ponto de vista, no entanto, ela é muito disfuncional – para a sustentabilidade ambiental, para as relações democráticas e mais igualitárias, para a qualidade de vida urbana, para a ampliação da cidadania.

“A segregação ambiental, riscos de desmoronamentos, risco de enchentes, violência – estão a ele vinculados.”
O planejamento urbano modernista/funcionalista contribuiu, no Brasil, para reforçar o processo político e econômico que construiu uma das sociedades mais desiguais do mundo, e que teve no planejamento urbano modernista/funcionalista um importante instrumento de dominação ideológica: ele contribuiu para ocultar a cidade real e para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo. Com abundante aparato regulatório (leis de zoneamento, código de obras, código visual, leis de parcelamento do solo, etc.), convive com a radical flexibilidade da cidade ilegal, fornecendo o caráter da institucionalização fraturada, mas dissimulada” (Maricato, 1996).
Maricato, E. “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias”. In: *O pensamento único – Desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000, pp. 123, 124.

nam o estabelecido, não eram muito bem-vindos, e causavam estranhamento. Mas no curso de Ciências Sociais não foi diferente. A idéia de que lá haveria maior interesse pelo assunto não se confirmou, e percebi que seria muito difícil conseguir desenvolver uma pesquisa com temas emergentes, já que o movimento feminista não era mais novidade, nem estava havendo um grande movimento de massas de mulheres nessa época. Em suma, não era “moda” pesquisá-las, em não sendo “moda”, não seria possível obter financiamento. E a pesquisa precisa de recursos.

Ao mesmo tempo em que íamos e estudávamos as teorias urbanas, comparando-as com a prática cotidiana verificada no trabalho de urbanização na periferia e na Área Metropolitana de São Paulo, com destaque para o saneamento básico nas favelas, desenvolvido nos projetos do GTA (evidencia a situação das mulheres que é extremamente precária e são as últimas na escada da pobreza), cresciam cada vez mais a vontade e a necessidade de enfrentar mais esse desafio. Nessa comparação, ficava claro para nós que nossa prática, nossa forma de pensar a cidade e o mundo tinham mais a ver com a FAU.

Foi então que a professora Marlene Yurgel, que desenvolvia um levantamento dos alunos e alunas que cursaram a FAU desde sua fundação, e sabendo que eu estava interessada em trabalhar em pesquisa, fez o convite para eu me juntar a seu projeto, salvando-me assim da perseguição que vinha sofrendo na administração do então prefeito Maluf.

Ao entrar em contato com a avaliação dos 50 anos de ensino na FAU – resultado da pesquisa sobre os alunos e ex-alunos da Faculdade –, fortaleceu-se ainda mais a consciência da necessidade de desenvolver o projeto de pesquisa sobre gênero na FAU. Propus à prof^a Marlene a leitura de meu projeto, considerando que já tínhamos um vínculo anterior, por ter sido ela quem me orientou, juntamente com a professora Suzana Pasternak, no Trabalho de Graduação Interdisciplinar, sobre a urbanização da Favela do Jardim Boa Esperança, liderada por mulheres.

Nessa ocasião construímos um projeto social-físico, e eu então primeiramente fiz uma pesquisa com as mulheres dessa favela “O olhar das mulheres da favela sobre a cidade de São Paulo”, o que me levou a cursar uma disciplina de antropologia no curso de Ciências Sociais. Isso em muito contribuiu para o melhor conhecimento dessas mulheres. Em função disso, fomos levadas a pensar um trabalho interdisciplinar. Marlene é uma mulher de nosso tempo, foi a primeira mulher aluna no Curso Técnico de Edificações na Escola Técnica de Parobé, em Porto Alegre, portanto, já tendo enfrentado os desafios para o fortalecimento do processo de rompimento da hegemonia do patriarcalismo. Ela entusiasmou-se pela proposta e sentou-se para discutir o projeto.

Nosso plano de estudos sofreu modificações ao ser enviado à Fapesp, pois a ou o parecerista propôs diminuir as entrevistas em campo. Essa segunda parte da pesquisa, com o relato das experiências e registros de histórias, surgiu no processo da pesquisa, logo após a qualificação direta para o doutorado. Não poderíamos perder a oportunidade de dar visibilidade à produção da cidade pelas mulheres.

Premissas

Quando iniciamos a pesquisa partimos, entre outras, da premissa de que iríamos estudar as idéias que as mulheres têm da cidade de São Paulo, considerando a

intervenção do movimento feminista e a alteração da vida da mulher no mercado de trabalho desde a década de 70. Decidimos adotar como categorias de análise aquelas inscritas na metodologia aplicada aos estudos feministas. Para tanto, estabelecemos alguns parâmetros e objetivos: realizar oficinas, cursos e seminários com pesquisa-ação, buscando sempre ações interativas com as pesquisadas, nas praças, terminais de ônibus e inclusive no interior nos ônibus e nos seus locais de moradia por meio da União de Mulheres de São Paulo.

Como afirmamos anteriormente, e com base em Boaventura Santos e Milton Santos, o movimento feminista tem sido o movimento social que interveio de modo mais determinante no repensar das categorias, até então consideradas senso comum. Assumir essas premissas vem complementar um dos objetivos principais definidos no projeto de pesquisa: “Dar visibilidade à intervenção da mulher na produção do espaço construído” na Área Metropolitana de São Paulo, com ênfase na cidade de São Paulo, e, mais do que isto, por meio do movimento social que representa o anseio coletivo do movimento das mulheres e das mulheres não organizadas desta cidade e da área metropolitana.

Isso é também fazer registro de uma época histórica e que interferiu ousadamente na alteração das relações sociais no plano privado e no público, trazendo à tona mais do que a herança, a vigência ainda, da tirania perpetrada contra as mulheres e construída social e historicamente no desenvolvimento da trajetória da humanidade, e que marca o espaço construído, tanto o público como o privado.

Aqui apresentamos uma síntese das reflexões sobre as importantes experiências realizadas em campo. Para quem quiser mais detalhes, há no final deste trabalho um anexo em que elas estão detalhadamente descritas. Parte destas foram sistematizadas, durante a pesquisa primária, utilizando-nos como referência de teorias e experiências acumuladas em outros países, e que nos serviram de apoio.

Apresentamos resultados de intervenções e a comprovação de hipóteses, obtidos com a aplicação de uma bateria de perguntas feitas às mulheres que vivenciam a cidade de São Paulo, e também a Área Metropolitana de São Paulo. Além disso, com o registro podemos afirmar a nossa trajetória na construção da cidadania, tão almejada pelas mulheres, cumprindo o objetivo fundamental de dar visibilidade ‘a mulher como produtora do espaço da cidade. E registramos a memória recente da atuação das mulheres levando reivindicações que redundaram em políticas sociais e urbanas as quais alteraram significativamente o espaço público e as relações sociais de gênero.

Por que duas entidades da sociedade civil – União de Mulheres de São Paulo e Grupo Técnico de Apoio

Precisávamos estabelecer alguns limites no estudo, então escolhemos dois espaços produtores de saber ligados aos movimentos feminista e de moradia, uma vez que não teríamos tempo suficiente para dar conta da riqueza de produção que explodia nestas últimas décadas.

Decidimos relatar parte da história dessas entidades e sua prática cotidiana com o objetivo de introduzir num trabalho universitário o registro de novas experiências no campo feminista e sócio-ambiental, visando a fazer avançar a construção de uma das visões e uma das metodologias de tratar o mundo e as políticas públicas urbanas fora do

⁴ “O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de idéias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as idéias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás, ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das idéias”. Maricato. E. “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias”. In: *O pensamento único – Desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 22. “A exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da ‘cidade oficial!’”. *Idem*, p. 122.

contexto do pensamento único⁴ que se tenta aplicar à questão de gênero, uma vez que o Estado considera as mulheres como invisíveis nas decisões das políticas públicas. Esse enfoque do Estado capitalista fortalece o tratamento desigual e opressor do sistema patriarcal, tão bem aproveitado pelo atual sistema de exploração econômica. E que ainda não se propôs a assumir com afinco as políticas urbanas e habitacionais voltadas para os espaços territorialmente segregados por classe.

Aqui avaliamos a receptividade e o entendimento dos conceitos desenvolvidos no processo de pesquisa e também as propostas elaboradas para a aplicação em políticas públicas urbanas, dentro do trinômio gênero-etnia-classe, em espaços mistos, com mulheres e homens. Tendo como exemplo o GTA e o seminário com as/os técnicas/os da Prefeitura do município de Mauá.

Limites e estudo de caso

Processo desencadeado, não foi fácil. Em quase todas as disciplinas cursadas, ao apresentar o projeto, sempre acontecia algum frisson. Convivi com os homens fazendo brincadeirinhas, algumas mulheres achando tudo muito exótico, outras não entendendo a necessidade de um estudo sobre esta ótica e, claro, as/os que não se manifestavam.

Uma das professoras chegou a afirmar que todos os arquitetos eram discriminados e não entendidos, e isto se dava independentemente de seu sexo, ao que respondemos: “Mas as arquitetas são mais discriminadas e menos entendidas, e poucas conseguem sobressair”. E a pesquisa realizada por Marlene Yurgel demonstra claramente que as mulheres formadas pela FAU, em sua maioria, estão em instituições governamentais, e poucas ascenderam a cargos de chefia, principalmente por terem de administrar os problemas advindos da maternidade. Ao contrário dos homens, que, ainda, contam com as mulheres como infra-estrutura para garantia de seu sucesso na vida profissional e afetiva.

Numa outra disciplina a professora chegou a afirmar que depois da Revolução Francesa a questão da igualdade estava resolvida, que isto não mais vinha ao caso. Ou então fez afirmações vagas, do tipo “as mulheres têm lá os seus direitos”. Esclarecermos, então, que na Revolução Francesa a igualdade para as mulheres não passou de bandeira, e no máximo, elas serviram apenas para fortalecer conquistas que só beneficiaram os homens, porque a Declaração era de direitos “do homem e do cidadão”, sem incluir a mulher, o que fez as mulheres na época protestarem, sim, e escreverem uma Declaração com os seus direitos. Mas sua líder, Marie Olympe de Gouges, foi guilhotinada, pois se alegou que estava se imiscuindo em assuntos que não eram de seu sexo. Estes dados a professora desconhecia. Isso justifica que defendamos com mais afinco a necessidade desse debate na Universidade. Claro que também tivemos apoio de algumas/uns professoras/es, simpáticos a essa discussão, por exemplo, a professora Élide Monzeglio, a professora Ermínia Maricato, Maria Ruth, Rebecca, Suzana e outros. Assim como alunas da graduação.

Mas, enfim, chegamos ao final, e aqui apresentamos o primeiro produto dessa enorme pesquisa, que aponta para muitas outras publicações.

Enfoques principais:

- Aprofundar e dar maior visibilidade, dentro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, a aspectos intra-urbanos⁵. A expressão

⁵ Villaça, F. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel-Fapesp-Lincoln Institute, 1998.

“estrutura urbana” – e sua correlata “reestruturação urbana” – tem sido vítima de muitos abusos. É freqüentemente utilizada como sinônimo de cidade enquanto elemento físico, de cidade como um todo material, sem considerar a inter-relação entre seus elementos, aliás, sem considerar sequer que elementos são esses. Constantemente se usa o termo reestruturação para qualquer intervenção no espaço urbano, sem maiores preocupações com elementos espaciais da estrutura e com as relações existentes entre eles. O simples registro de transformações espaciais não é suficiente para caracterizar a estruturação ou a reestruturação. É preciso mostrar como mudanças em um elemento da estrutura provocam mudanças em outros elementos⁶;

- Demonstrar que é de fundamental importância que as/os planejadoras/es adotem uma nova metodologia de pensar as cidades, cujo significado seja contemplar os espaços de segregação⁷ existentes por gênero, raça/etnia, faixa etária, classe social, cultural, deficiência física e orientação sexual;
- Apontar como vem sendo tratada em arquitetura a questão de gênero;
- Trazer para o Brasil as experiências e estudos já desenvolvidos em outros países;
- Ressaltar como objetivo mais amplo (não só deste trabalho) a reflexão (e, por conseguinte, a crítica) sobre as metodologias de planejamento urbano e de projetos arquitetônicos que não consideram a especificidade e as necessidades das mulheres quando traçam suas intervenções;
- Dar visibilidade às mulheres na produção social do espaço urbano da cidade de São Paulo e de sua área metropolitana;
- Provocar as mulheres, militantes do movimento feminista e mulheres não organizadas da população, a pensar a cidade, do ponto de vista da sua especificidade;
- Analisar o imaginário das mulheres em relação à cidade de São Paulo, dando destaque aos desenhos, do parque e da praça; além de suas falas, escritas e orais;
- Documentar dentro do espaço da universidade a experiência do movimento social feminista na produção e alteração das relações sociais e do espaço construído, registrando a história da urbanização também a partir de sua especificidade.

São objetivos deste estudo:

- dar visibilidade à constatação de que as mulheres vivenciam a cidade de maneira diferente que os homens;
- destacar a inserção na trama das relações sociais de gênero como algo que é cultural e construído no processo histórico da humanidade;
- demonstrar que o fato de alguém ser mulher, com as imposições e encargos recebidos da sociedade, interfere em sua mobilidade e acessibilidade e na utilização do espaço público e privado;
- discutir a gravidade de os serviços urbanos em nenhum momento terem sido pensados levando-se em consideração as especificidades das mulheres e das relações sociais de gênero;
- apontar para a contradição de que, apesar da inserção maciça da mulher no mercado de trabalho, o espaço público não foi readequado para recebê-la;
- ressaltar as propostas que as mulheres têm para a reformulação e aperfeiçoamento dos serviços urbanos, do transporte, da educação, dos serviços bancários, do comércio

⁶ *Villaça, 1998.*

⁷ O conceito de segregação usado não será tão simplesmente o de “pôr de lado”, mas sim o de fenômeno da segregação social inclusa numa ideologia e parte deste sistema, pois se inter-relaciona para manter certos privilégios.

e da segurança;

- ressaltar o fato de que as mulheres, principalmente as de classes sociais mais baixas, não têm acesso à informatização, o que cria obstáculos a sua profissionalização;
- ressaltar uma das questões que mais interferem nisso: sua condição de mulher, com a dupla jornada de trabalho e os problemas decorrentes de pertencer a uma classe social discriminada. Essa condição é agravada principalmente pela maternidade e por falta de infra-estrutura (creches, escolas de tempo integral);
- ressaltar a maternidade como fator determinante do impedimento de a mulher se desenvolver, em todas as classes sociais, o que tem de ser considerado uma dívida social;
- ressaltar o agravamento desta situação no caso de a mulher ser negra, pois as mulheres negras são as últimas na pirâmide social;
- ressaltar a presença das mulheres principalmente no mercado informal; aí ocupam grande espaço como camelôs, vendedoras domiciliares de cosméticos, alimentos, roupas, faxineiras, costureiras, aplicadoras de cola de embalagens, montadoras de equipamentos em domicílio para empresas, sem falar no mercado da prostituição, no tráfico e no crime organizado; as aposentadas arcam com o sustento da família, ajudando na educação das/os netas/os; com o aumento do desemprego de seus maridos; é preciso destacar também a chegada das mulheres à condição de chefes em cerca de 28% das famílias na Área Metropolitana de São Paulo, de acordo com a Seade, e, na área do Centro Velho e do Expandido da cidade de São Paulo, este índice atinge uma média de 35% (ver Mapa da Exclusão, 2000, PUC-SP); nas favelas esse número vai de 40% a 60% (Setor censitário, IBGE, 2000);
- ressaltar a violência urbana manifestando-se de forma específica em relação às mulheres; os espaços vazios, como terrenos abandonados e parques sem segurança, somados à falta de iluminação pública e itinerários e pontos de ônibus mal planejados, contribuem para a desproteção das mulheres;
- ressaltar a omissão do Estado, que, nos níveis federal, estadual e municipal, não tem assumido seus compromissos com as plataformas de ação, os tratados e convenções internacionais, mesmo os assinados sob a égide da ONU;
- ressaltar a não aplicação por parte da Universidade, de maneira geral, das deliberações das conferências da Unesco referentes às relações sociais de gênero, raciais e de classe, principalmente aquelas que instituem disciplinas;
- ressaltar a não incorporação nas teorias urbanas dos temas emergentes demandados pelos segmentos sociais organizados por raça/etnia, gênero e orientação sexual;
- ressaltar a avaliação própria e as propostas específicas para a cidade de São Paulo que as mulheres têm;
- ressaltar a mudança iniciada quando o Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo incorpora o conceito de transversalidade, ao inserir no Capítulo 22 a consideração, no interior da população, de sua diversidade de gênero, de etnia, assim como a presença de portadores de deficiência e as faixas etárias, sugerindo que as ações e programas adotem esta visão.

Descrição e organização dos capítulos

Neste trabalho trouxemos conceitos e historiamos uma parcela significativa do movimento feminista de São Paulo, sob a ótica do processo de produção da cidade. E teremos como a protagonista de nosso relato a União de Mulheres de São Paulo, que daqui para a frente denominaremos UMSP. Historiaremos suas reivindicações e as conseqüentes transformações na urbanização da cidade de São Paulo trazidas pela vitória em várias delas. Como, por exemplo, o desencadear da criação de “lugares de mulheres”, que ajuda a formar o tecido social urbano.

Pautamo-nos pelo registro das experiências desenvolvidas por essa entidade, que já tem uma história de 22 anos formulando propostas – sempre como parte do movimento feminista e democrático – de políticas públicas no interesse das mulheres, que ao serem implantadas interferiram substancialmente na urbanização da cidade de São Paulo.

Pelo papel de estruturadora que a mulher exerce na sociedade, suas iniciativas sempre estão muito ligadas aos interesses coletivos. Portanto, ao expor organizada autonomamente suas propostas do ponto de vista de gênero, sempre contribuirá para a transformação das relações sociais e ajudará nas soluções para o espaço construído.

Também o Grupo Técnico de Apoio (GTA) receberá atenção especial em nossa exposição, por ser pioneiro em preocupar-se com a especificidade das mulheres na elaboração de seus projetos urbanos e arquitetônicos, e pelas intervenções nas ações de desenvolvimento sociocultural comunitário, principalmente nas favelas e nos mutirões de habitação popular.

Na exposição dessas experiências vimos confirmar-se as premissas de que o espaço construído é produto das relações sociais estabelecidas na sociedade e as relações sociais podem modificar a constituição deste espaço porque elas próprias podem ser modificadas. Destacamos o Capítulo IV e o V, com a história das mulheres nas cidades e a fala das mulheres colhida em entrevistas de campo numa pesquisa-ação, assim como com o destaque que aí é dado à história do Bexiga como um território de resistência e luta das mulheres. Já no Capítulo IX, “O Estado e a questão de gênero”, daremos ênfase às experiências e à discussão da introdução e da aplicação de intervenções sob a ótica de gênero tanto nas instituições governamentais quanto nas não-governamentais mistas (com mulheres e homens), e o exemplo mais marcante desse caso é o GTA. Chamamos a atenção, ainda no Capítulo IX, para a experiência na Prefeitura do município de Mauá.

Assim, no Capítulo I, veremos a origem e objetivo dos estudos, assim como os limites do estudo de caso. Aqui descreveremos o conteúdo dos capítulos e organização destes. No Capítulo II, apresentamos os referenciais teóricos e as pesquisas realizadas para introduzir os conceitos de gênero, nas discussões sobre cidade, segregação, planejamento urbano, planos de ação intraurbanos e ideologia. No Capítulo III, expomos os conceitos metodológicos para a formulação das premissas e da hipótese e a metodologia da pesquisa. Já no Capítulo IV, apresentamos uma opinião sobre a história da mulher na história das cidades.

No Capítulo V, destacamos a fala das 300 mulheres entrevistadas, com as análises de suas impressões e de seus desenhos, com ênfase às mulheres jovens. Poderia ter por título “Por que ouvir as mulheres?”, e focaliza aquelas falas, apresentando-as e resu-

mindando-as em gráficos, nos quais se mostra como elas avaliam São Paulo. Essas falas foram colhidas por meio de um questionário, que levou essas mulheres a pensar a cidade de seu ponto de vista, comparativamente aos homens. Aí elas puderam também fazer desenhos sobre parques e praças, expondo para a/o leitora/or seu imaginário em relação a esses equipamentos. Após pequena análise dos 48 desenhos, damos destaque especial às 21 jovens que participaram conosco de uma experiência na União de Mulheres de São Paulo.

“As mulheres jovens pensando, decidindo e intervindo no espaço da cidade de São Paulo” é como poderíamos resumir esse trabalho, com a participação das mulheres jovens na pesquisa e reflexão sobre a cidade de São Paulo. Expomos como se deu a capacitação de 21 jovens, vindas de entidades populares, realizada no espaço físico e político da UMSP. Esse trabalho iniciou-se com duas jovens, filhas de sócias da União, que se organizaram e decidiram construir um projeto, a que deram o nome de Agentes Multiplicadoras em Defesa da Saúde. Neste, tiveram oportunidade de refletir sobre cidadania, conhecer a importância da Constituição Federal e o conceito de políticas públicas. Aprenderam também técnicas de teatro e artes plásticas. Puderam assim criar campanhas de alerta quanto ao risco de se infectar pelo HIV, transformadas em out-doors, afixados pela Central de Out-Doors na Avenida 9 de Julho, na Estrada de Sapopemba e na Estrada de Campo Limpo em 1997. Tratamos aí também das oficinas desenvolvidas nos projetos de desenvolvimento comunitário do Grupo Técnico de Apoio junto com entidades populares.

Ainda contamos como, ao estudar o movimento feminista, percebemos que há uma concentração físico-espacial de equipamentos, histórias de mulheres e para mulheres, desde Dona Yayá até o presente, no bairro da Bela Vista. Decidimos então pensar o Bexiga também como um território⁸ de luta e resistência das mulheres, e assim dar uma visibilidade maior a essa história. Como uma de nossas constatações é que, ao registrar-se a história da urbanização, não há a preocupação de identificar os territórios, não se dá visibilidade a quem faz realmente a construção das cidades. As mulheres não são destacadas, seu papel e sua atuação são ignorados. Dispusemo-nos a ser mais uma das vozes a preencher esse vazio.

Aqui se aponta para uma mudança nesse comportamento, ao salientarmos a história da Casa da Universitária de São Paulo e a Casa de Dona Yayá, assim como a trajetória do movimento feminista, que se liga a esse território com seus congressos, festas, feiras, e tendo aí as sedes de suas entidades. Apresentamos também aí as propostas que desenvolvemos com a comunidade no sentido de alterar-se na prática a concepção de desconsiderar a presença das mulheres.

E, como produto dessa reflexão, mostramos uma espacialização das entidades feministas no mapa da cidade de São Paulo – e tivemos mais uma comprovação de que aí ficava e fica a maior concentração por quilômetro quadrado de “lugares de mulher”⁹.

Enfim, procuramos inventariar e comentar a experiência acumulada nestes quase 22 anos, tendo como núcleo a UMSP, em que se realizam atividades para as quais é importante que se dêem no território do Bexiga, com a participação direta ou indireta dos organismos específicos para a mulher, do Estado e da Prefeitura de São Paulo. Experiência acumulada que tinha e tem como meta formular políticas públicas do ponto de vista de gênero para as administrações públicas e as outras entidades feministas localizadas no

⁸ A definição de território aqui adotada é a de espaço físico no qual se desenrolam relações sociais identificadas com uma cultura, que define situações e acontecimentos históricos e marca uma dada discriminação positiva ou negativa.

⁹ Os “lugares de mulher”, tais como são aqui por nós denominados, não são entendidos como lugares de confinamento, ou guetos, mas alguns lugares destinados a elas, mas sim espaços de produção de conhecimento e intervenções com o olhar de gênero direcionado para toda a sociedade. São o laboratório em que as mulheres organizadas em grupos de reflexão e gestão concebem propostas de políticas públicas que venham a romper a opressão que ainda vitimiza as mulheres. Esses espaços não se restringem ao bairro da Bela Vista, mas espalham-se por todo o Brasil – só na cidade de São Paulo chegam ao número de 27 casas. Para facilitar a visualização da distribuição espacial dessas casas na Área Metropolitana de São Paulo produzimos um mapa, que batizamos como “Território de Mulher”.

Bexiga. Por esse motivo, consideramos o bairro da Bela Vista, ou Bexiga, um território de resistência e luta das mulheres, o marco nacional do movimento que aí, em 1979, realizou o I Congresso Estadual da Mulher Paulista.

No Capítulo VI expomos as experiências do planejamento urbano do ponto de vista de gênero em Santo André e na cidade de São Paulo. Aí se desenvolveu uma mobilização de mulheres para que se propusessem diretrizes e ações específicas à mulher na proposta do Plano Diretor, por meio da Assessoria dos Direitos da Mulher¹⁰ e de vereadoras na Câmara Municipal de São Paulo.

No Capítulo VII falamos da arquitetura também mulher, discutindo como a arquitetura pode ou não contribuir para a opressão e segregação, ou libertação das mulheres. Aqui se destaca o movimento de luta por creches, que criou uma demanda para as/os arquitetas/os passarem a pensar projetos específicos de arquitetura de que estes equipamentos eram carentes.

A reivindicação de creches foi extremamente significativa, constituiu um sinal de mudança nas relações sociais de gênero, aprofundando a transformação das relações familiares que já se verificava havia décadas, mas que se intensificou, na medida em que as mulheres maciçamente foram obrigadas a participar do mercado de trabalho, devido ao arrocho salarial que impedia seus maridos ou companheiros de prover sozinhos o sustento da família. Em função do movimento social em curso, o Estado, em âmbito municipal, foi obrigado a assumir, como sua responsabilidade, parte do encargo da maternidade. A Constituição de 1988, ouvindo o chamado “*lobby* do batom”, organizado pelas feministas, incorporou, entre suas disposições, a maternidade como função social e a creche como um direito da criança e parte da política de educação. E o resultado foi que a rede municipal de creches construída na cidade de São Paulo acabou por cumprir importante papel como um elo estruturador no processo de urbanização da periferia.

Ainda nesse capítulo falamos da luta contra a violência doméstica e sexual, que redundou na implantação das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), o que veio a alterar a concepção de polícia, apontando para uma significativa discussão das propostas e finalidades dessa instituição. Tentamos responder às perguntas sobre por que tem de ser delegacia de polícia e, além disso, de defesa da mulher, e por que tem de ser delegada mulher. Esses órgãos passaram a desenvolver, também, uma função social, embora hoje recebam muitas críticas partindo de mulheres, por não cumprirem bem o papel que os definiu em sua criação. Mas não deixam de ser um espaço que registra os casos e fornece os dados para as estatísticas relacionadas à situação de violência doméstica e sexual, o que ainda é uma função de fundamental importância. Estes dados resultam da demanda atendida pelas DDMs, que, por enquanto, são a única instituição governamental com um serviço mais estruturado no atendimento a mulher vítima de violência de gênero¹¹. Esta mudança põe na pauta das/os arquitetas/os um novo partido de projeto para uma delegacia que agora deve comportar mulheres, delegadas, assistentes sociais, escritãs, advogadas. E os dados principalmente sobre estupros podem fornecer instrumentos as/aos administradoras/es municipais para que identifiquem os locais onde estes acontecem e interfiram com serviços urbanos, especialmente os de iluminação pública, de ônibus e outros transportes e exijam, a partir de uma fiscalização mais rigorosa, que os terrenos baldios sejam murados.

Finalizamos aqui fazendo a análise da preparação, acompanhamento e parti-

¹⁰ Calió, S. *O olhar das feministas na cidade*. Tese de doutorado. Dep de Geografia, FFLCH-USP, 1993.

¹¹ Violência de gênero aqui entendida como uma violência contra a mulher pelo simples fato de ser mulher, violência sexual estupro, assédio sexual, violência por parte do companheiro, marido, namorado, antigo ou atual.

cipação da experiência de 25 mulheres do núcleo de moradia e meio ambiente da UMSP, localizado em Sapopemba, no mutirão do Programa Sonho Meu, desenvolvido em São Mateus pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) da Secretaria Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano. E discutimos também como o ato de projetar pode ou não reproduzir a opressão à mulher, com base num debate de arquitetos pelo *Jornal do Brasil*. Assim como os “lugares de mulher” que são as sedes das entidades de mulheres que marcam o espaço construído das cidades sendo cerca de 3 dezenas na área metropolitana Interferem no entorno dos bairros e até mesmo em distritos.

No Capítulo VIII mostramos como se dão as relações sociais de gênero no processo de urbanização de favelas e destacamos as mulheres do núcleo da UMSP liderando a urbanização da favela do Jardim Boa Esperança, em Campo Limpo, próximo ao Capão Redondo. As mulheres moradoras, junto com a equipe técnica, também em sua maioria mulheres, dirigem e executam o desenvolvimento dessa que foi uma experiência piloto em forma de mutirão com um embrião intersecretarial e multidisciplinar, feita no âmbito da Superintendência de Habitação Subnormal (Habi) da Prefeitura Municipal de São Paulo e que podemos dizer materializado na proposta do Grupo Técnico de Apoio (GTA).

O Capítulo IX “O Estado e a questão de gênero” ressaltamos também as experiências que ocorreram em torno do Grupo Técnico de Apoio (GTA), atuando no Programa de Saneamento (Prosanear)¹² por meio da Sabesp¹³ e de Prefeituras, e com a elaboração de programas de recuperação de áreas ambientais degradadas, como o Parque Municipal da Gruta Santa Luzia. E discutimos a resistência, ainda, das/os técnicas/os da Prefeitura Municipal de São Paulo, em flexibilizar as normas de urbanização de favelas estabelecidas, adotando a cultura preconceituosa de urbanizar de qualquer jeito, sempre argumentando que certas obras – leia-se escadas estruturantes e boa qualidade de obra – não são adequadas para a favela, no fundo dizendo: “Favelado não merece”.

Relatamos, além disso, o processo de contato e efetivação de um seminário, na área de gênero, meio ambiente, direitos humanos e políticas públicas, realizado na Prefeitura de Mauá, na área do ABC paulista, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente (Seplama).

Acreditamos que pensar políticas públicas, de meio ambiente, direitos humanos e de gênero de modo dissociado é um grande equívoco. Por isso, e tendo como objetivo um aumento da qualidade de vida e da sustentabilidade com desenvolvimento social e econômico, encaminhamos nossas discussões para tentar encaminhar a discussão dessas políticas interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinarmente, o que é coerente com o fato de as questões de gênero, classe e raça/etnia constituírem temas transversais.

Destacamos como tem sido a dinâmica desenvolvida com a transdisciplinaridade e intersetorialidade no desenvolvimento principalmente dos projetos Prosanear durante o acompanhamento das obras e do trabalho pós-obra, com ações sócio/educativas e culturais.

Aqui apresentamos uma análise do que foi pensar a política de meio ambiente com funcionárias/os de várias secretarias do município de Mauá, à luz dos conceitos das relações sociais de gênero e da filosofia dos direitos humanos (entendidos como direitos

¹² Prosanear – Programa de Saneamento ligado ao governo federal - antes Ministério de Planejamento, desde 2003 Ministério das Cidades.

¹³ Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – água e esgoto.

econômicos; civis; políticos; sociais, abrangendo saúde, educação, habitação, saneamento básico, lazer, esporte; e culturais; e que devem permear a formulação dos planos, programas e projetos das políticas públicas).

O projeto e o planejamento urbano, ou os chamados planos de ação, estão entrelaçados, numa contínua articulação envolvendo as relações sociais estabelecidas no espaço urbano. E a teoria e a prática também não podem estar dissociadas, principalmente nesta pesquisa, em que as propostas advêm de um dos movimentos sociais que mais marcaram, com sua transgressão, o século XX e que propõem mudanças estruturais nas relações interpessoais, que discutem, e principalmente questionam, as relações de poder de todas as instituições, da família ao Estado. Norteadas por estas premissas em todo o desenvolvimento da pesquisa, testamos nossas suposições e refletimos sobre elas.

Concluindo, procedemos a uma análise de como o Estado pode e deve desenvolver a incorporação dos chamados temas transversais em suas políticas públicas setoriais (sociais e de infra-estrutura urbana), que contemplem o desenvolvimento urbano e social para a melhoria do *habitat*. Desenvolvendo considerações e recomendações.

Aqui destacamos as dificuldades que as mulheres, até mesmo as organizadas em entidades específicas, encontram para conseguir dar visibilidade a sua produção da cidade. E como têm se articulado para que o Estado assuma suas propostas de políticas públicas, sociais e urbanas. Fica claro que a transformação da metodologia de planejar deve avançar no sentido de tratar a cidade como ela realmente é, ou seja, contemplando as diferenças. Finalmente, procuramos mostrar como a Universidade deve incorporar em seus currículos a diversidade da sociedade, formando profissionais com visões

Intersetoriais, interdisciplinares e transdisciplinares. Em função disso apresentamos nossas propostas. Destacamos as resoluções da Unesco que sugere a incorporação das questões de gênero nos programas disciplinares. Sistematizamos algumas recomendações que possam vir a contribuir para com o Estado no âmbito do executivo, por meio das Secretarias Especiais da Mulher, no legislativo com relação as Comissões Permanente de Defesa dos direitos das Mulheres, e exemplos de leis aprovadas nos âmbitos municipais, estaduais e federais, assim como as convenções que garantem os direitos das mulheres. No âmbito do judiciário o Juizado Especial de crimes contra a família implantado em São Paulo e outras propostas. E no caso da Universidade a criação dos Núcleos de Estudos de Gênero e implantação de disciplinas e linhas de pesquisa do ponto de vista de gênero. No caso da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo a continuidade do processo de estudos e pesquisas tanto das teorias urbanas, metodologia de planejamento, e desenvolvimento da produção arquitetônica do ponto de vista de gênero. Aprofundamento das reflexões com análises sobre a diferença da percepção espacial entre as mulheres e homens. Mensurar a qualidade da interferência no fazer social e na configuração espacial das cidades e nas representações simbólicas dos “lugares de mulher” nas cidades. Aprofundar as reflexões sobre as relações sociais de gênero no intraurbano e seu reatamento no planejamento regional.